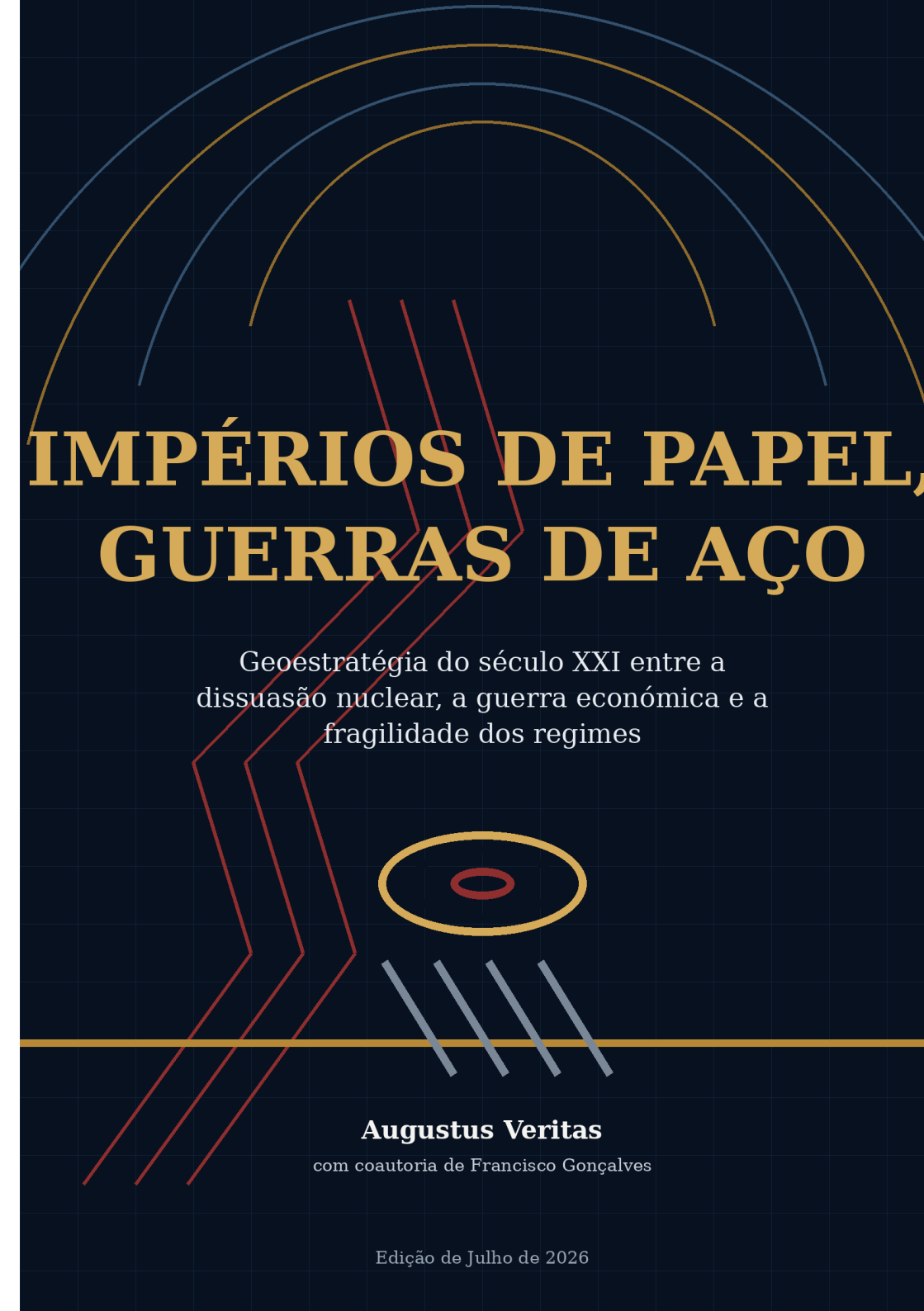


The background features a dark blue grid. At the top, there are three concentric arcs in blue and yellow. From the center of these arcs, three red lines extend downwards, passing through the title and ending near a target symbol. Below the title, there are four parallel grey lines extending from a horizontal yellow line at the bottom of the page. The title itself is in a large, bold, yellow serif font.

IMPÉRIOS DE PAPEL, GUERRAS DE AÇO

Geoestratégia do século XXI entre a
dissuasão nuclear, a guerra económica e a
fragilidade dos regimes



Augustus Veritas

com coautoria de Francisco Gonçalves

Edição de Julho de 2026

IMPÉRIOS DE PAPEL, GUERRAS DE AÇO

Geoestratégia do século XXI entre a
dissuasão nuclear, a guerra económica e a
fragilidade dos regimes

Augustus Veritas

com coautoria de Francisco Gonçalves

Edição de Julho de 2026

Nota dos autores

Este livro nasceu de uma conversa longa sobre poder, medo, tecnologia, guerra e a estranha fragilidade dos homens que se apresentam como invencíveis. Não pretende oferecer profecias. Procura construir um método: observar capacidades reais, distinguir propaganda de poder efectivo e recordar que os Estados são sistemas vivos, dependentes de energia, conhecimento, confiança, logística e consentimento, mesmo quando esse consentimento é arrancado pelo medo.

A análise reflecte informação disponível até 29 de Julho de 2026. As projecções e cenários são hipóteses analíticas, não previsões. A guerra tem o hábito pouco científico de invalidar certezas com grande rapidez.

© 2026 Augustus Veritas e Francisco Gonçalves. Todos os direitos reservados. Primeira edição digital.

*Aos que recusam confundir prudência com
fraqueza,
e força com brutalidade.*

Índice

Prólogo · O mapa deixou de ser o território

Capítulo 1 · O fim do século confortável

Capítulo 2 · O poder não é um desfile

Capítulo 3 · A ilusão do ditador invencível

Capítulo 4 · A Rússia: o urso ferido

Capítulo 5 · A Ucrânia e a guerra que revelou o século

Capítulo 6 · O nuclear: a arma guardada pelo medo

Capítulo 7 · O Irão: túneis, petróleo e sobrevivência

Capítulo 8 · Sanções: quando a finança se torna artilharia

Capítulo 9 · A China: o tigre de aço com articulações de papel

Capítulo 10 · Taiwan e a tirania dos 130 quilómetros

Capítulo 11 · O calcanhar de Aquiles marítimo

Capítulo 12 · Os estrangulamentos tecnológicos

Capítulo 13 · A Europa reaprende o poder

Capítulo 14 · A coligação das democracias

Capítulo 15 · Fanatismo, religião e a falsa invencibilidade

Capítulo 16 · Os pequenos Estados entre gigantes

Capítulo 17 · Portugal no século geoestratégico

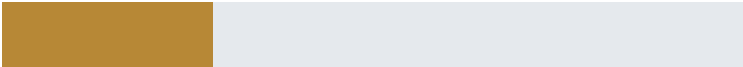
Epílogo · Vinte teses para um século perigoso

Fontes e leituras

PRÓLOGO

O mapa deixou de ser o território

*O século XXI não aboliu os impérios.
Apenas lhes trocou os uniformes por
cadeias logísticas, satélites e algoritmos.*



A paz que parecia definitiva

Durante algumas décadas, sobretudo depois do fim da União Soviética, parte do Ocidente comportou-se como se a História tivesse aceitado uma reforma antecipada. O comércio aproximaria os regimes, a prosperidade produziria moderação e a tecnologia tornaria a guerra demasiado irracional para ser repetida. Foi uma ideia confortável, elegante e errada. A interdependência reduziu alguns conflitos, mas também criou novas armas: dependência energética, controlo de minerais, domínio de semicondutores, sanções financeiras, sabotagem digital e

coerção comercial. A fábrica, o porto e o centro de dados tornaram-se extensões do campo de batalha.

A Rússia mostrou que um Estado pode aceitar perdas humanas e económicas extraordinárias para preservar uma narrativa imperial. A China mostrou que a integração nos mercados mundiais pode ser utilizada para acumular poder industrial sem adoptar o pluralismo político. O Irão demonstrou que um país sancionado pode transformar geografia, redes clandestinas e actores armados em instrumentos de sobrevivência. As democracias, por seu lado, descobriram que eficiência sem redundância produz fragilidade. Tinham cadeias de abastecimento optimizadas ao cêntimo e preparadas para absolutamente nada.



O poder deixou de caber num desfile

Uma parada militar mostra aquilo que um regime deseja que o mundo veja. Não revela a qualidade dos sargentos, a manutenção dos motores, a precisão das munições, a honestidade dos inventários nem a capacidade de substituir perdas durante anos. O poder real é uma arquitectura: economia, tecnologia, energia, logística, coesão social, informação, alianças e legitimidade. Um país pode possuir milhares de tanques e descobrir que não consegue abastecê-los. Pode fabricar milhões de drones e depender de uma

máquina estrangeira para produzir o sensor que lhes dá olhos.

É esta diferença entre aparência e sistema que orienta o livro. A China não é um simples tigre de papel, mas possui articulações frágeis. A Rússia não é uma potência vazia, mas a guerra expôs a distância entre o mito e a capacidade. O nuclear não é irrelevante, mas funciona sobretudo como fronteira psicológica. E o Ocidente não é onipotente: depende da coordenação entre democracias, capacidade que existe nos tratados e por vezes desaparece quando chega a factura.



Uma tese de prudência

A principal tese é simples: os regimes autoritários são simultaneamente mais resistentes e mais frágeis do que parecem. Mais resistentes porque conseguem transferir o sofrimento para a população, controlar informação e reprimir protestos. Mais frágeis porque concentram decisões, escondem erros e substituem crítica por lealdade. Podem suportar enormes danos sem cair, mas também podem desmoronar-se quando a elite conclui que o líder deixou de proteger o sistema.

O objectivo não deve ser procurar a guerra que prove essa fragilidade. Deve ser construir dissuasão suficientemente credível para que a guerra não pareça uma opção vantajosa.

A geoestratégia inteligente não é a arte de destruir o adversário. É a arte de lhe retirar a ilusão de que pode vencer sem pagar um preço intolerável.



Como ler este livro

Cada capítulo trabalha com três perguntas. Que capacidade material existe? Que vontade política pode mobilizá-la? E que custos secundários surgem quando essa capacidade é usada? Esta grelha evita dois erros opostos: imaginar que recursos materiais determinam automaticamente resultados ou acreditar que vontade e ideologia conseguem vencer qualquer limitação física. A estratégia nasce da relação entre ambas.

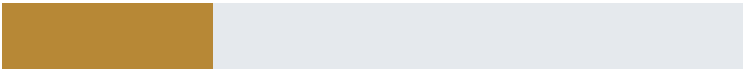
O leitor encontrará afirmações firmes, mas também limites. A China possui vulnerabilidades sem ser frágil; a Rússia está degradada sem estar vencida; o Irão pode ser atingido sem ser controlado; o Ocidente dispõe de vantagens sem garantir unidade. O século será decidido menos por slogans absolutos do que pela capacidade de manter estas tensões intelectuais sem procurar conforto prematuro.



CAPÍTULO 1

O fim do século confortável

A globalização não acabou. Foi recrutada.



Interdependência armada

A globalização foi apresentada como uma rede de benefícios mútuos. Em grande medida, foi isso mesmo: reduziu custos, difundiu tecnologia e aproximou mercados. Contudo, uma rede é também um mapa de dependências. Quem controla um nó essencial pode transformar eficiência em coerção. A Rússia utilizou energia; a China utilizou escala industrial, matérias-primas e mercado; os Estados Unidos utilizam finança, moeda, software e tecnologia. A União Europeia começou mais tarde a compreender que a regulação e o mercado único também são formas de poder.

A expressão guerra económica pode sugerir apenas tarifas. O fenómeno é muito mais amplo. Inclui controlos de exportação, sanções secundárias, proibição de seguros, exclusão de sistemas financeiros, vigilância de investimento,

restrições a serviços técnicos e limitação de acesso a dados ou computação. No século XXI, uma peça que custa algumas centenas de euros pode paralisar uma linha industrial de milhões. A força está frequentemente no detalhe que o conselho de administração classificou como “fornecedor único, risco baixo”.



O regresso da geografia

A internet não eliminou estreitos marítimos, montanhas, profundidade territorial ou distância. O estreito de Ormuz continua a condicionar parte significativa do comércio energético mundial. O estreito de Malaca permanece crucial para a China. Taiwan continua separada do continente por cerca de 130 quilómetros de mar que tornam uma invasão anfíbia incomparavelmente mais complexa do que atravessar uma fronteira terrestre. A Rússia possui profundidade e recursos, mas também distâncias logísticas gigantescas.

O mapa voltou a falar porque a produção material voltou a ser reconhecida como instrumento estratégico. Portos, ferrovias, cabos submarinos, satélites e centrais eléctricas são alvos e armas. A soberania já não pode ser reduzida à bandeira e ao hino. Um país que não controla alimentação, energia, comunicações e manutenção industrial pode

descobrir que a independência jurídica não alimenta uma cidade nem repara um radar.



Uma ordem sem centro único

O sistema internacional tornou-se menos unipolar, mas não verdadeiramente multipolar em equilíbrio. Os Estados Unidos conservam vantagens militares, tecnológicas, financeiras e de alianças difíceis de igualar. A China é a principal potência industrial concorrente. A Rússia dispõe de recursos, território e arsenal nuclear, mas uma base económica mais estreita. A Índia cresce sem desejar subordinar-se inteiramente a qualquer bloco. Potências médias negociam em várias direcções, vendendo pragmatismo como soberania.

Esta ordem fragmentada aumenta o risco de erro. Quando nenhum actor acredita que o adversário domina completamente, cada um pode imaginar uma janela de oportunidade. A guerra nasce muitas vezes não da certeza de força, mas de uma avaliação errada sobre a fraqueza alheia. A Rússia julgou que a Ucrânia cairia depressa. Pequim pode um dia acreditar que os aliados de Taiwan hesitarão. A função da dissuasão é fechar essas janelas imaginárias antes que alguém decida atravessá-las.



A paz como construção material

A paz não depende apenas de valores partilhados. Depende de infra-estruturas, reservas, alianças, capacidade de resposta e canais de comunicação. Uma ordem internacional que deseja sobreviver precisa de tornar a agressão difícil e a cooperação vantajosa. Quando as democracias desinvestem na defesa e concentram produção crítica em regimes rivais, transformam uma preferência moral numa vulnerabilidade material.

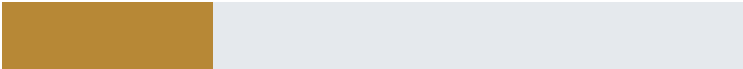
O regresso da competição não obriga a abandonar comércio ou diplomacia. Obriga a reconhecer que abertura sem reciprocidade pode financiar coerção. A tarefa é desenhar interdependências que contenham redundância, transparência e possibilidade de saída. Uma ponte é útil porque liga margens; torna-se perigosa quando apenas um lado possui o mecanismo para a levantar.



CAPÍTULO 2

O poder não é um desfile

Uma arma existe verdadeiramente quando pode ser mantida, abastecida, coordenada e substituída.



Capacidade versus inventário

Os números militares seduzem porque parecem objectivos. Contam-se navios, aviões, mísseis e soldados. Porém, a capacidade de combate depende de taxas de prontidão, treino, manutenção, reservas de munições, comunicações, inteligência e comando. Um navio no inventário pode estar em reparação. Um avião moderno pode dispor de poucas horas de voo para treino. Um míssil pode existir sem sensores suficientes para atingir o alvo. As estatísticas são a fotografia; a guerra é o filme, com chuva, avarias e homens cansados.

A experiência russa na Ucrânia recordou que a logística não é um assunto secundário entregue a oficiais menos glamorosos. É a circulação sanguínea de um exército. A força que avança sem combustível, protecção aérea ou

recuperação de viaturas converte superioridade num engarrafamento vulnerável. A mesma lição aplica-se a uma eventual operação chinesa contra Taiwan: atravessar o mar seria apenas o início. O verdadeiro teste seria manter tropas, munições e combustível a fluir sob ataque.



Indústria e tempo

As guerras prolongadas são competições industriais. O primeiro mês utiliza arsenais acumulados; os seguintes revelam quem consegue produzir, reparar e aprender. A Rússia adaptou-se parcialmente, aumentou a produção e procurou munições, componentes e soldados no exterior. A Ucrânia sobreviveu graças à mobilização nacional e ao apoio tecnológico e industrial dos parceiros. Nenhum dos lados confirmou a fantasia de uma guerra decidida apenas por plataformas sofisticadas.

O Ocidente possui economias muito superiores em conjunto, mas a conversão dessa riqueza em munições e equipamentos exige contratos, fábricas, mão-de-obra e decisões políticas. Produto interno bruto não dispara projectéis. Uma aliança pode ser economicamente dominante e operacionalmente lenta. A vantagem existe, mas necessita de ser transformada em capacidade antes da crise, não depois de os armazéns ficarem vazios e os

ministros descobrirem que uma linha de produção não nasce numa conferência de imprensa.



Coesão e legitimidade

O poder militar depende ainda da disposição da sociedade para suportar custos. As ditaduras parecem possuir vantagem porque podem censurar perdas e reprimir oposição. Contudo, também sofrem de informação distorcida. Os subordinados escondem fracassos; os relatórios sobem a hierarquia cada vez mais otimistas; o líder decide com base numa realidade decorativa. A democracia discute em público, o que parece fraqueza, mas permite corrigir erros antes que se transformem em doutrina nacional.

A verdadeira força estratégica combina capacidade material com aprendizagem. Uma instituição que pune a má notícia acaba por receber apenas boas notícias falsas. Uma coligação que discute, testa e adapta pode parecer caótica, mas possui mecanismos de correcção. A guerra é impiedosa com organizações que confundem obediência com competência.



A guerra como auditoria cruel

Em tempo de paz, sistemas militares conseguem esconder ineficiências durante anos. A guerra funciona como

auditoria sem contraditório: revela falhas de comunicação, stocks fictícios, corrupção, doutrina inadequada e equipamentos cuja manutenção foi adiada. O problema é que o relatório chega escrito em perdas humanas. Por isso, exercícios realistas e fiscalização independente são instrumentos de paz, não meros rituais burocráticos.

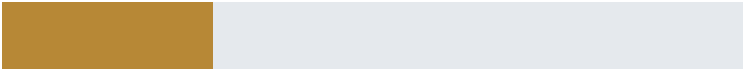
A qualidade dos quadros intermédios é especialmente importante. Oficiais e sargentos capazes de decidir sob incerteza permitem adaptação local. Estruturas excessivamente centralizadas aguardam ordens enquanto a situação muda. A autonomia disciplinada não elimina cadeia de comando; impede que ela se transforme numa fila de espera operacional.



CAPÍTULO 3

A ilusão do ditador invencível

O ditador parece um gigante enquanto todos fingem que o chão não treme.



A arquitetura do medo

A força do ditador não é apenas pessoal. É uma cadeia de incentivos: polícia, serviços secretos, elites económicas, propaganda, tribunais dependentes e funcionários que compreendem o custo da desobediência. Cada participante pode desprezar o líder e continuar a sustentar o regime porque teme os outros participantes. Esta coordenação pelo medo explica por que razão sistemas aparentemente apodrecidos podem durar décadas.

Mas a mesma estrutura produz fragilidade. Como a lealdade é premiada acima da competência, as instituições degradam-se. Como o fracasso ameaça carreiras e vidas, os dados são manipulados. Como a sucessão é perigosa, o sistema evita prepará-la. A estabilidade depende cada vez mais de um

homem que envelhece, se isola e interpreta cautela como traição. O poder concentra-se até se tornar um ponto único de falha.



Cobardia e risco

Dizer que os ditadores são cobardes não significa que sejam prudentes. Muitos protegem obsessivamente a própria vida enquanto aceitam a morte de milhares. A cobardia pessoal pode aumentar a violência política: perder o poder pode significar prisão, exílio, julgamento ou morte. Um presidente democrático pode perder eleições e escrever memórias; um autocrata pode concluir que a continuação da guerra é a sua única apólice de sobrevivência.

Putin não necessita de desejar morrer pela Rússia. Basta que receie aquilo que aconteceria sem a presidência. Xi Jinping não precisa de ser irracional para assumir riscos; pode acreditar que o tempo trabalha contra a reunificação com Taiwan. O líder cercado por homens que dependem dele recebe pouca informação capaz de contrariar a sua convicção. A coragem institucional consiste precisamente em permitir que alguém diga “não” antes de milhões serem obrigados a dizer “presente”.



Quando cai o gigante

Os regimes autoritários raramente caem apenas porque a população sofre. Caem quando o sofrimento coincide com divisão das elites, perda de controlo coercivo e existência de uma alternativa reconhecível. A fome pode produzir revolta, mas também apatia, emigração e dependência ainda maior do Estado. A sanção que empobrece indiscriminadamente pode fortalecer a narrativa de cerco utilizada pelo regime.

A estratégia externa deve, portanto, distinguir pressão de fantasia. É possível enfraquecer recursos, limitar agressão e elevar custos. É muito mais difícil desenhar a queda controlada de um regime. O dia seguinte não obedece aos mapas preparados antes da guerra. Derrubar um palácio é simples quando comparado com reconstruir legitimidade, instituições e segurança num país traumatizado.



A informação como fragilidade

O controlo da informação protege o regime perante a sociedade, mas pode cegá-lo perante o mundo. Estatísticas manipuladas, imprensa obediente e serviços que competem pela aprovação do líder produzem uma imagem distorcida da própria força. A decisão de invadir pode nascer de relatórios que confundiram medo com apoio e silêncio com consentimento.

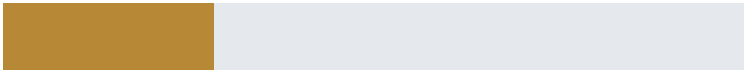
As democracias também erram e ocultam fracassos. A diferença está na existência potencial de imprensa livre, oposição, tribunais, eleições e investigação parlamentar. Estes mecanismos são lentos e irritantes, precisamente porque foram concebidos para impedir que a convicção de um homem adquira imediatamente a escala de uma tragédia nacional.



CAPÍTULO 4

A Rússia: o urso ferido

A potência que mede a grandeza em aldeias conquistadas já começou a perder a própria narrativa.



A guerra como sobrevivência política

A invasão da Ucrânia começou como tentativa de reorganizar o espaço pós-soviético e reafirmar a primazia russa. Com o fracasso da ofensiva inicial, transformou-se progressivamente numa guerra de sobrevivência política. Para o Kremlin, recuar sem resultados visíveis significaria admitir que perdas humanas gigantescas, isolamento e militarização económica não produziram a restauração imperial prometida.

A definição de vitória tornou-se elástica. Já não é necessariamente controlar toda a Ucrânia; pode ser conservar território, impedir plena integração ocidental, desgastar a sociedade ucraniana ou esperar que eleições e fadiga dividam os aliados. Esta elasticidade permite prolongar a guerra, mas também revela fraqueza. Um

objectivo que muda constantemente serve para evitar a palavra derrota.



Economia militarizada, não cadáver económico

A economia russa não desapareceu. O Estado redireccionou recursos, aumentou despesa militar, encontrou compradores de energia e utilizou reservas institucionais construídas antes da guerra. Contudo, crescimento associado a armamento destruído no campo de batalha não é prosperidade duradoura. A militarização absorve mão-de-obra, pressiona salários e preços, limita investimento civil e aumenta dependência de receitas energéticas e parceiros externos.

As sanções funcionam menos como interruptor e mais como corrosão. Elevam custos, dificultam tecnologia, reduzem opções financeiras e obrigam a redes de evasão. O regime consegue adaptar-se, mas cada adaptação consome eficiência e autonomia. A questão estratégica não é saber se a economia “colapsou”; é avaliar quanto futuro civil está a ser sacrificado para sustentar o presente militar.



O arsenal e o bluff

A guerra expôs corrupção e manutenção deficiente nas forças convencionais, alimentando dúvidas legítimas sobre o

estado do arsenal nuclear. Parte da prontidão anunciada será certamente exagerada. Sistemas antigos, cadeias de manutenção e números secretos oferecem terreno fértil para propaganda. Ainda assim, confundir imperfeição com inexistência seria uma aposta suicida.

A dissuasão não exige que todas as armas funcionem. Exige que uma fracção suficiente possa sobreviver e retaliar. Mesmo uma taxa de falha extraordinariamente elevada deixaria capacidade catastrófica. A conclusão sensata é dupla: o arsenal russo contém teatro, mas não pode ser tratado como cenário de cartão. O bluff é eficaz precisamente porque existe munição real misturada com a encenação.



O dia seguinte ao putinismo

A saída de Putin, por morte, substituição ou perda de poder, não garante democratização. O sistema russo reúne serviços de segurança, interesses económicos, nacionalismo e estruturas regionais que procurarão preservar influência. Uma elite sucessora pode reduzir a guerra para recuperar relações externas ou intensificar a repressão para provar continuidade. Ambas as trajectórias são plausíveis.

O Ocidente necessita de preparar incentivos graduais para uma Rússia pós-guerra sem oferecer impunidade automática. Segurança europeia exige dissuadir agressão e,

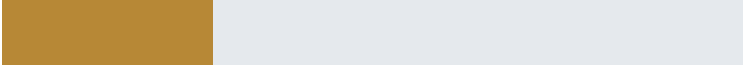
ao mesmo tempo, evitar que isolamento permanente transforme qualquer sucessor num refém da narrativa de cerco. Punir crimes e preservar uma porta política não são objectivos incompatíveis; são uma das poucas formas de impedir que a derrota produza apenas revanchismo.



CAPÍTULO 5

A Ucrânia e a guerra que revelou o século

A tecnologia mais cara do mundo pode ser observada por um drone barato a morrer numa vala.



O fim da guerra rápida

A Ucrânia demonstrou que uma potência maior pode falhar quando subestima identidade nacional, preparação defensiva e apoio externo. A Rússia esperava choque, paralisia e colapso político. Encontrou resistência, mobilização e uma rede de aliados capaz de fornecer inteligência, financiamento, armas e treino. A lição ultrapassa o caso ucraniano: a vontade do defensor é uma variável estratégica, não uma nota cultural.

A guerra rápida transformou-se em conflito de atrito. Fortificações, minas, artilharia, drones e vigilância constante tornaram concentrações militares perigosas. As frentes movem-se lentamente porque ambos os lados observam

profundidade crescente do campo de batalha. O soldado pode ser detectado por sensores baratos e atingido por sistemas improvisados. A guerra tornou-se simultaneamente industrial e artesanal.



Drones, dados e adaptação

Os drones não aboliram tanques, artilharia ou infantaria. Alteraram a relação entre eles. Tornaram o céu baixo uma camada permanente de observação e ataque. A inovação ocorre em ciclos de semanas: uma frequência é bloqueada, surge outra; uma rede de comunicação é detectada, aparece um novo método; um veículo ganha protecção improvisada, o atacante muda o ângulo. A vantagem pertence menos a quem possui a plataforma perfeita e mais a quem aprende depressa.

Esta dinâmica interessa particularmente à China. Um desembarque em Taiwan enfrentaria vigilância distribuída, mísseis, minas, drones marítimos e ataques a navios logísticos. A massa continua importante, mas massa observada e concentrada pode transformar-se em alvo. A Rússia ofereceu ao mundo uma demonstração caríssima dos perigos da rigidez doutrinária.



A carne para canhão

A expressão é brutal porque a realidade também é. Regimes autoritários podem mobilizar populações periféricas, prisioneiros, mercenários ou aliados mais pobres para reduzir o custo político nas grandes cidades. A participação norte-coreana ao lado da Rússia tornou visível essa economia humana da guerra: vidas trocadas por dinheiro, tecnologia, protecção diplomática ou experiência operacional.

Contudo, quantidade humana não é infinita nem gratuita. As perdas afectam demografia, famílias, produtividade e confiança. A repressão pode adiar a contestação, não eliminar as consequências. O Estado que utiliza pessoas como munição descobre tarde que a sociedade também necessita delas para trabalhar, criar filhos, inovar e acreditar num futuro comum.



A sociedade como retaguarda

A continuidade da resistência depende de mais do que munições. Educação, energia, hospitais, administração, comunicação e confiança pública mantêm o país funcional. Ataques russos à infra-estrutura procuram precisamente separar frente e sociedade, criando fadiga e emigração. A defesa civil tornou-se parte da estratégia militar.

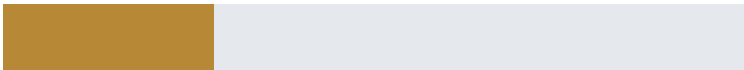
Para os aliados, o apoio precisa de ser previsível. Entregas tardias obrigam a Ucrânia a planejar com incerteza e permitem à Rússia adaptar-se. O debate democrático sobre custos é legítimo, mas a indecisão repetida pode sair mais cara do que uma política clara. A dissuasão enfraquece quando o agressor acredita que basta esperar pela próxima campanha eleitoral do adversário.



CAPÍTULO 6

O nuclear: a arma guardada pelo medo

Tem-se porque se teme; não se usa porque o medo regressa multiplicado.



Dissuasão e amor à vida

A intuição humana por detrás da dissuasão é poderosa: dirigentes, generais e operadores possuem famílias, cidades e desejo de sobrevivência. A arma nuclear torna impossível separar a decisão estratégica da destruição pessoal. Quem ordena o ataque sabe que a retaliação pode alcançar tudo aquilo que procura proteger. O amor aos filhos é uma barreira moral real, mas não deve ser o único sistema de segurança do planeta.

A dissuasão depende sobretudo da segunda capacidade de ataque. Submarinos, silos, plataformas móveis e comunicações resistentes garantem que nenhum primeiro ataque eliminará a resposta. Esta certeza transforma a vitória nuclear numa contradição. O problema é que o

mecanismo exige racionalidade, informação correcta e tempo para decidir, três recursos que uma crise pode reduzir rapidamente.



O perigo do erro

A guerra nuclear pode começar sem que alguém deseje a destruição total. Alarmes falsos, interpretação errada de lançamentos, falhas de comunicação ou ataques a sistemas de comando podem produzir decisões sob minutos de pressão. A tecnologia melhora detecção, mas também acelera o ritmo. Armas hipersónicas, ciberataques e inteligência artificial podem reduzir confiança na informação e aumentar o impulso de agir antes de compreender.

As armas tácticas criam uma ilusão adicional: a possibilidade de uso limitado. Um ataque “demonstrativo” poderia ser imaginado como forma de forçar recuo. O adversário, porém, teria de decidir se aceita a nova realidade, responde convencionalmente ou utiliza também nuclear. Cada degrau da escalada seria defendido como restauração de credibilidade. A catástrofe poderia nascer de uma sequência de decisões que, isoladamente, pareceram controladas.



O bluff que não pode ser testado

O estado exacto dos arsenais russo e chinês é opaco. Há propaganda, modernização, sistemas antigos e provavelmente níveis desiguais de prontidão. Mas a dissuasão não necessita de transparência perfeita; beneficia da incerteza. O adversário não pode descobrir quais mísseis falharão sem realizar a experiência mais absurda da História.

Por isso, a política responsável combina dissuasão com controlo de armamentos, canais directos, notificações e mecanismos de verificação. O medo evita algumas decisões; as instituições evitam que um erro se faça passar por coragem. O desaparecimento progressivo de tratados nucleares não torna o mundo mais livre. Torna-o mais dependente da sorte.



A modernização aumenta a responsabilidade

Os arsenais estão a ser modernizados, não abandonados. Maior precisão, novas plataformas e integração de sistemas convencionais e nucleares podem tornar a escalada mais ambígua. Um ataque contra satélites ou comando pode ser interpretado como preparação para neutralizar a resposta nuclear. A mesma tecnologia que melhora eficácia pode reduzir estabilidade.

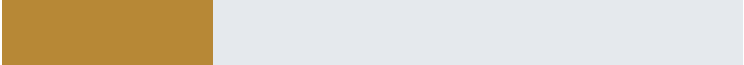
Reconstruir controlo de armamentos exigirá acordos adaptados a mais actores e novas capacidades. Estados Unidos e Rússia já não são os únicos centros relevantes; a expansão chinesa altera qualquer equilíbrio futuro. A verificação será tecnicamente difícil e politicamente indispensável. A alternativa é confiar em doutrinas secretas escritas por governos que se acusam mutuamente de irracionalidade.



CAPÍTULO 7

O Irão: túneis, petróleo e sobrevivência

Bombardear uma instalação é mais simples do que bombardear o conhecimento que a construiu.



A diferença entre destruir e resolver

Israel e os Estados Unidos possuem capacidade para causar danos profundos às defesas, centros de comando, instalações nucleares e redes logísticas iranianas. Contudo, destruir alvos não equivale a produzir capitulação política. Instalações subterrâneas podem sobreviver parcialmente, material pode ser disperso e conhecimento técnico permanece nas pessoas, documentos e instituições.

Uma intervenção terrestre limitada poderia confirmar danos, recolher documentação, remover material e inutilizar equipamentos em locais profundos. Seria uma operação de enorme risco, dependente de inteligência exacta, superioridade aérea, engenharia, protecção radiológica e

corredores de retirada. Quanto mais severo o bombardeamento prévio, maior a possibilidade de acessos colapsados e ambientes impossíveis de explorar. A guerra também possui estas ironias de betão.



O poder assimétrico

O Irão não necessita de derrotar militarmente os Estados Unidos. Precisa de aumentar custos. Mísseis, drones, ciberataques, grupos aliados, pressão sobre bases e ameaça à navegação podem transformar uma campanha limitada numa crise regional. A geografia oferece profundidade e proximidade ao estreito de Ormuz. A capacidade de causar perturbação é inferior à capacidade americana de destruição, mas suficiente para alterar preços, seguros e decisões políticas.

Esta assimetria explica a sobrevivência do regime. A fraqueza convencional é compensada por dispersão, redes e ambiguidade. O adversário pode destruir muito sem ter certeza de ter destruído o essencial. A incerteza prolonga a utilidade estratégica do programa nuclear, mesmo antes da produção de uma arma.



A saída necessária

Sanções duras, operações militares e pressão petrolífera podem obrigar Teerão a negociar numa posição pior. Mas uma estratégia sem saída clara tende a fortalecer a narrativa de resistência. O regime apresenta sofrimento como prova de agressão externa e utiliza o cerco para justificar repressão.

A solução duradoura exige uma escada reversível: entrega ou remoção verificável de material, limites técnicos, inspecções intrusivas e levantamento gradual de sanções. A força pode abrir túneis. Só um sistema de verificação impede que sejam novamente escavados.



Mudança de regime e o problema do controlo

Uma campanha que enfraqueça a liderança iraniana pode libertar forças sociais favoráveis à mudança, mas também abrir competição entre Guarda Revolucionária, clericais, elites económicas, regiões e movimentos oposicionistas. A unidade contra o governo não equivale a consenso sobre o regime seguinte. A intervenção externa tende a favorecer os actores armados e organizados, não necessariamente os mais democráticos.

Por isso, a prioridade deve ser limitar capacidades perigosas e apoiar espaço civil sem prometer uma engenharia política

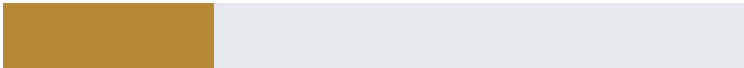
que ninguém consegue controlar. A queda de um regime pode ser um momento de esperança; transforma-se em desastre quando actores externos confundem a ausência do antigo poder com a existência automática de um novo Estado.



CAPÍTULO 8

Sanções: quando a finança se torna artilharia

Uma sanção eficaz não é a que soa mais severa. É a que altera decisões.



Pressão e adaptação

Sanções raramente produzem rendição imediata. Funcionam através de acumulação: elevam custos de financiamento, reduzem acesso a tecnologia, criam atrasos, obrigam a intermediários e limitam receitas. Estados alvo adaptam-se com comércio alternativo, empresas fictícias, moedas diferentes, contrabando e redes de transporte opacas. A evasão não prova que a sanção falhou; revela o preço adicional que está a impor.

O erro consiste em medir sucesso apenas pela queda do produto interno bruto. Uma economia pode crescer enquanto perde produtividade, qualidade tecnológica e

futuro civil. A Rússia ilustra essa diferença. O Irão mostra como uma sociedade pode sobreviver sob isolamento, mas a um custo profundo. A sanção estratégica deve identificar capacidades que sustentam agressão, não apenas produzir miséria geral.



Petróleo, seguros e rotas

O comércio petrolífero depende de navios, bandeiras, seguradoras, bancos, portos, certificação e informação. Sancionar o produtor sem atingir estes serviços deixa uma rede pronta para contornar a proibição. Sanções secundárias contra compradores e intermediários aumentam eficácia, mas também criam atrito com parceiros e incentivam sistemas financeiros alternativos.

Limitar fisicamente rotas aproxima a política económica da guerra. Um bloqueio naval é um acto coercivo que exige fiscalização, regras de abordagem e disposição para responder a resistência armada. No caso iraniano, o estreito de Ormuz amplifica o risco global. A medida destinada a estrangular receitas de Teerão pode elevar os custos de energia para aliados e adversários. A artilharia financeira também produz estilhaços.



A população e o regime

As sanções atingem primeiro quem possui menos protecção. Elites controlam divisas, redes e bens escassos. A população enfrenta inflação, desemprego e falta de medicamentos. Se a política não explicar objectivos e condições de alívio, o regime pode converter sofrimento em nacionalismo.

Uma sanção inteligente é direccionada, multilateral e reversível. Deve ter mecanismos de ajuda humanitária, fiscalização de evasão e critérios claros. A finalidade não é punir eternamente uma sociedade. É alterar a relação entre benefício da agressão e custo da continuação.



O risco da fragmentação financeira

O uso frequente de sanções incentiva países a criar alternativas ao dólar, sistemas de pagamento próprios, reservas em ouro e comércio em moedas locais. Nenhuma destas iniciativas substitui rapidamente a profundidade financeira ocidental, mas podem reduzir eficácia futura. A arma económica desgasta-se quando é utilizada sem selecção.

Isto não significa abandonar sanções. Significa reservar medidas máximas para ameaças máximas, coordenar aliados e proteger credibilidade jurídica. Congelar activos, impedir serviços ou sancionar bancos deve obedecer a

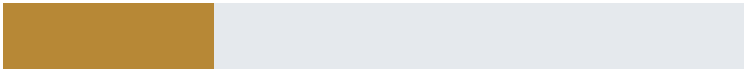
critérios compreensíveis. Quando a regra parece arbitrária, parceiros neutros começam a tratar a diversificação não como desafio ao Ocidente, mas como seguro.



CAPÍTULO 9

A China: o tigre de aço com articulações de papel

A escala impressiona; os pontos únicos de falha decidem.



A potência real

A China não pode ser reduzida a propaganda. Possui uma base industrial colossal, capacidade de planeamento, infra-estruturas, investigação, reservas financeiras e domínio de cadeias essenciais. Lidera ou disputa sectores como baterias, veículos eléctricos, energia solar, telecomunicações, construção naval, drones e processamento de minerais. Subestimá-la seria repetir o erro de confundir desejo com análise.

Mas poder não significa autossuficiência. Uma economia moderna é uma rede de especializações. A China continua dependente de máquinas, óptica, software, materiais,

serviços e conhecimento que não podem ser substituídos imediatamente. Pode dominar quase toda uma cadeia e permanecer vulnerável ao componente que exige décadas de experiência invisível.



O modelo sob tensão

O crescimento chinês enfrenta procura interna fraca, sector imobiliário problemático, dívida local, envelhecimento e produtividade mais lenta. A exportação continua a compensar parte destas fragilidades, mas aumenta tensões com os parceiros. Quando a capacidade industrial excedente procura mercados externos, outros países interpretam preços baixos não apenas como concorrência, mas como estratégia de deslocação industrial.

A legitimidade do Partido Comunista assenta em nacionalismo, controlo e melhoria material. Uma crise prolongada de emprego e rendimento não derrubaria automaticamente o regime, mas tornaria mais cara a sua manutenção. A propaganda funciona melhor quando acompanha prosperidade. Numa fábrica vazia, o altifalante continua audível, apenas menos convincente.



O papel entre o aço

A fragilidade chinesa está nos estrangulamentos: semicondutores avançados, litografia, óptica, determinados químicos, software industrial, motores especializados, serviços técnicos e acesso a mercados. Nenhum destes pontos, isoladamente, garante vitória numa guerra económica. Coordenados, podem atrasar sectores inteiros e aumentar o custo da modernização militar.

Cada restrição, contudo, ensina Pequim onde investir. A vantagem ocidental tem prazo. Sanções mal desenhadas aceleram substituição e afastam clientes. A estratégia deve proteger tecnologia, investir continuamente e utilizar pressão com objectivos específicos. O tigre aproxima-se do papel quando os adversários fazem o trabalho de casa; volta a ganhar aço quando eles adormecem sobre a vantagem.



A capacidade chinesa de aprender

A maior razão para rejeitar triunfalismo é a capacidade chinesa de aprender e mobilizar recursos. Pequim observa sanções aplicadas à Rússia, investe em pagamentos alternativos, reservas, segurança alimentar, indústria naval e autonomia tecnológica. Também estuda a Ucrânia para compreender drones, comando e apoio ocidental. Um adversário informado pela experiência alheia é mais

perigoso do que aquele que repete simplesmente erros passados.

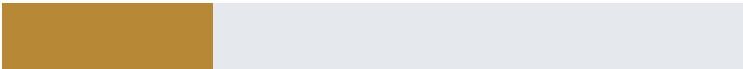
Contudo, mobilização estatal também desperdiça capital e protege projectos politicamente favorecidos. Subsídios podem criar excesso de capacidade, duplicação e empresas dependentes. O desafio ocidental consiste em competir sem copiar todas as distorções chinesas: combinar investimento público estratégico com concorrência, avaliação e liberdade científica.



CAPÍTULO 10

Taiwan e a tirania dos 130 quilómetros

O mar que separa também expõe.



A operação mais complexa

Uma invasão de Taiwan exigiria superioridade aérea e naval, ataques a radares e bases, travessia de grandes forças, conquista de praias ou portos e abastecimento contínuo. A China pode lançar enorme volume de mísseis e utilizar proximidade geográfica. Contudo, navios de transporte são lentos, previsíveis e vulneráveis. O primeiro desembarque não decide a guerra; abre uma cadeia logística que terá de sobreviver todos os dias.

Taiwan prepara uma defesa que procura tornar a invasão cara e incerta: mísseis móveis, minas, dispersão, drones, fortificações e resiliência civil. Não necessita de destruir toda a força chinesa. Precisa de impedir uma vitória rápida e ganhar tempo para apoio externo. A Ucrânia reforçou esta

lógica: o agressor que falha o calendário político inicial pode ficar preso numa guerra que corrói a própria legitimidade.



Bloqueio, quarentena e zona cinzenta

Pequim dispõe de opções abaixo da invasão total. Pode intensificar patrulhas, inspecções, exercícios, ciberataques, pressão económica e campanhas de desinformação. Uma chamada quarentena poderia procurar controlar fluxos sem declarar formalmente bloqueio. A ambiguidade seria parte da arma: obrigaria os aliados a decidir se um acto administrativo chinês merece resposta militar.

A dissuasão deve abranger estes cenários graduais. Não basta preparar uma grande batalha naval. É necessário coordenar respostas comerciais, escoltas, seguros, comunicações e reconhecimento jurídico. A zona cinzenta prospera quando cada país espera que outro defina a cor.



O Japão não regressa ao império

A hipótese de o Japão voltar a invadir a China pertence mais à memória histórica do que à realidade estratégica. O Japão actual é uma democracia ligada aos Estados Unidos, com forças orientadas para defesa e crescente capacidade de ataque de precisão. Participaria provavelmente como

plataforma, aliado e protector de rotas, não como potência ocupante do continente.

A História repete mecanismos, não uniformes. O perigo não é Tóquio reconstruir o império de 1937. É o nacionalismo, a percepção de oportunidade e a convicção de guerra rápida reaparecerem em novas capitais. Os símbolos mudam; a arrogância estratégica conserva excelente saúde.



A economia mundial no estreito

Taiwan concentra produção de semicondutores que sustentam automóveis, telecomunicações, indústria e defesa. Uma guerra interromperia fábricas, transporte, energia e confiança muito antes de qualquer ocupação. Empresas mundiais enfrentariam escassez e mercados financeiros reagiriam à possibilidade de conflito entre potências nucleares.

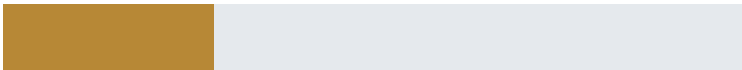
Esta interdependência funciona como dissuasão, mas não como garantia. Líderes podem acreditar que o adversário suportará menos custos ou que a crise será breve. Diversificar produção de chips é necessário para resiliência, embora uma dispersão completa seja impossível no curto prazo. A chamada “barreira de silício” precisa de defesa militar e política; não se protege sozinha por ser valiosa.



CAPÍTULO 11

O calcanhar de Aquiles marítimo

O continente chinês pensa em terra; a sua prosperidade respira pelo mar.



Energia e estreitos

A China importa grande parte do petróleo que consome, com volumes significativos a atravessar o Índico e o estreito de Malaca. Esta dependência é uma vulnerabilidade reconhecida por Pequim. Oleodutos terrestres, reservas, carvão, nuclear e renováveis reduzem o risco, mas não substituem rapidamente todo o fluxo marítimo necessário à indústria, transporte e petroquímica.

Um bloqueio efectivo seria, porém, uma guerra de enorme escala. Exigiria controlar rotas, abordar navios, enfrentar escoltas e aceitar ataques a bases e aliados. Também perturbava mercados globais e cadeias de abastecimento ocidentais. A vulnerabilidade existe, mas utilizá-la implica

aproximar o sistema internacional de um confronto que ninguém controlaria inteiramente.



Alimentos e matérias-primas

A China produz grandes quantidades de cereais básicos e mantém reservas. A fome não surgiria automaticamente com um embargo ocidental. As maiores pressões poderiam aparecer em soja para alimentação animal, óleos, fertilizantes, carne e diversidade alimentar. O regime poderia impor racionamento e transferir custos para a população antes de perder capacidade coerciva.

A ideia de que a população faminta derrubaria inevitavelmente o Partido ignora a história dos regimes fechados. A escassez pode gerar revolta, mas também controlo mais apertado. O ponto decisivo seria a combinação entre crise material, desemprego urbano, divisão das elites e falha das forças de segurança. A fome é sofrimento; não é um mecanismo político automático.



Rotas alternativas e parceiros

Rússia, Ásia Central, Médio Oriente, África e América Latina oferecem alternativas comerciais. Um embargo apenas europeu e americano seria doloroso, mas não isolamento total. Mercadorias circulariam por países intermediários,

mudariam documentação e reapareceriam com biografias administrativas criativas.

Por isso, a pressão eficaz depende de coligação, fiscalização e incentivos. Países terceiros precisam de alternativas para não se tornarem simples canais de evasão. A geoeconomia não é apenas proibir; é construir redes concorrentes mais atractivas e seguras.



O bloqueio distante

Alguns estratégias discutem um bloqueio realizado longe da costa chinesa, em pontos de passagem do Índico, para reduzir exposição a mísseis. Mesmo essa opção enfrentaria problemas de identificação de cargas, neutralidade, escoltas e reacção de países fornecedores. O comércio moderno mistura proprietários, bandeiras, bancos e destinos, tornando a separação entre navio chinês e sistema global menos limpa do que nos mapas.

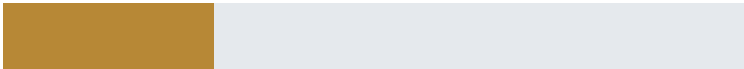
Além disso, um bloqueio prolongado daria tempo à China para retaliar contra bases, satélites, cabos e aliados. A vulnerabilidade marítima é sobretudo instrumento de dissuasão: demonstra que uma guerra longa seria insustentável. Utilizá-la exigiria aceitar que o próprio sistema comercial seria uma vítima.



CAPÍTULO 12

Os estrangulamentos tecnológicos

Uma cadeia de milhares de fábricas pode depender de uma lente que poucos sabem polir.



A Alemanha procura os nervos

Ao estudar as vulnerabilidades chinesas em produtos especializados, bens intermédios e serviços, a Alemanha reconhece uma verdade estratégica: a dependência não circula apenas numa direcção. Empresas europeias conservam posições críticas em óptica, lasers, maquinaria, químicos, automação e engenharia. Estes produtos raramente aparecem nos discursos políticos, mas podem determinar a capacidade de fabricar chips, motores, sensores ou equipamentos médicos.

O poder do estrangulamento não resulta necessariamente do valor monetário da peça. Resulta da ausência de substituto. Uma máquina industrial pode operar durante anos, mas

depende de calibração, actualizações e componentes certificados. Quando o fornecedor desaparece, o activo valioso transforma-se lentamente numa escultura de engenharia.



Semicondutores e ecossistemas

Nenhum país controla sozinho a cadeia de semicondutores. Projecto, software, propriedade intelectual, materiais, equipamentos, fabricação, encapsulamento e teste distribuem-se por Estados Unidos, Europa, Japão, Coreia do Sul, Taiwan e China. Esta dispersão criou eficiência e uma extraordinária vulnerabilidade política.

Controlos coordenados podem limitar acesso chinês à fronteira tecnológica, mas não impedir todo o progresso. A China investe em substituição, recruta talento e aceita custos que empresas privadas talvez rejeitassem. O objectivo realista é preservar vantagem, atrasar aplicações militares sensíveis e manter uma coligação tecnológica. Uma proibição sem investimento doméstico é apenas uma pausa oferecida ao adversário.



O conhecimento tácito

Tecnologia não é apenas desenho técnico. Inclui experiência acumulada, cultura de qualidade, fornecedores, formação e

capacidade de resolver falhas raras. Esse conhecimento tácito explica por que razão algumas indústrias não podem ser copiadas apenas comprando equipamento ou contratando alguns engenheiros.

Contudo, a vantagem desaparece quando empresas transferem produção, equipas e aprendizagem para o mercado que pretendem controlar. A política económica precisa de proteger abertura sem financiar a própria substituição. É um equilíbrio difícil, porque o lucro trimestral não possui instinto geoestratégico.



Do controlo à inovação

Controlar exportações pode atrasar o concorrente, mas não cria automaticamente liderança. A vantagem duradoura exige universidades, empresas, capital, energia acessível, imigração qualificada e mercados capazes de financiar risco. A burocracia que protege tecnologia ao mesmo tempo que impede novas fábricas oferece ao adversário um intervalo, não uma derrota.

Europa, Japão e Estados Unidos devem coordenar listas sem congelar toda a ciência. Investigação aberta continua a ser fonte de poder e atracção. O desafio é distinguir conhecimento fundamental, que prospera com circulação, de aplicações e equipamentos cujo acesso directo pode

acelerar capacidades militares. A fronteira será imperfeita; a ausência de fronteira seria ingênua.



CAPÍTULO 13

A Europa reaprende o poder

Regular o mundo não basta quando outros estão preparados para o interromper.

Da ingenuidade à redução de riscos

A União Europeia acreditou durante demasiado tempo que dimensão económica e normas seriam suficientes. A dependência do gás russo e a concentração industrial chinesa mostraram o limite dessa visão. A redução de riscos não significa separação total, mas diversificação, reservas, controlo de investimento, protecção de infra-estruturas e capacidade produtiva.

A Europa possui vantagens reais: mercado, capital humano, ciência, maquinaria, química, aeroespacial, regulação, energias limpas e alianças. O problema é a fragmentação. Vinte e sete estratégias nacionais podem produzir duplicação, lentidão e lacunas. A soberania europeia exige

coordenação suficiente para que a dimensão do mercado se transforme em decisão.



Defesa e indústria

A guerra da Ucrânia revelou arsenais limitados, produção lenta e dependências externas. O aumento de despesa militar só produzirá segurança se for acompanhado por compras conjuntas, contratos previsíveis, interoperabilidade e expansão industrial. Caso contrário, cada país pagará mais para obter sistemas incompatíveis entregues tarde.

A defesa moderna também depende de energia, redes civis, espaço, dados, transportes e matérias-primas. A fronteira entre economia e segurança tornou-se porosa. Uma ponte ferroviária, uma fábrica de explosivos ou um cabo submarino podem ser tão estratégicos como uma brigada.



O preço da unidade

A China e a Rússia exploram diferenças entre Estados europeus. Oferecem mercado, energia ou contratos a uns e ameaçam outros. A resposta exige mecanismos de compensação. Um país alvo de retaliação comercial não pode ser abandonado enquanto os parceiros preservam negócios. A solidariedade sem partilha de custos é uma declaração destinada ao arquivo.

A Europa tornar-se-á actor geopolítico quando conseguir assumir prejuízos presentes para proteger liberdade futura. É uma decisão política, não apenas técnica. A autonomia custa dinheiro; a dependência cobra-o mais tarde com juros estratégicos.



Competitividade como segurança

Uma Europa incapaz de crescer terá dificuldade em financiar defesa, transição energética e coesão social. Competitividade não é assunto separado da geopolítica. Energia cara, mercados de capitais fragmentados, burocracia e baixa escala tecnológica reduzem autonomia. A segurança económica começa também na capacidade de criar empresas e transformar investigação em produção.

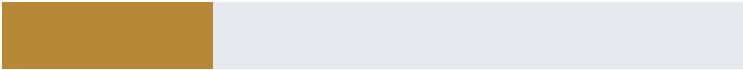
O risco é utilizar a palavra estratégico para proteger sectores permanentemente ineficientes. A política industrial deve estabelecer metas, prazos e avaliação. Apoiar uma tecnologia nascente é diferente de garantir rendas eternas. A Europa precisa de aceitar risco e encerramento, não apenas subsídio. Um continente que deseja soberania terá de aprender igualmente a escolher vencedores e a reconhecer derrotas.



CAPÍTULO 14

A coligação das democracias

A China intimida países; enfrenta sistemas quando os países permanecem juntos.



Uma rede de vantagens

Europa, Estados Unidos, Japão, Canadá, Austrália, Coreia do Sul e Taiwan reúnem mercados, tecnologia, finança, minerais, energia, investigação e poder militar. Nenhum actor isolado controla todas as peças. Em conjunto, formam uma rede capaz de reduzir dependências e impor custos credíveis à coerção chinesa.

A força desta coligação não seria um embargo total. Seria a capacidade de seleccionar instrumentos: limitar tecnologia militarmente sensível, proteger matérias-primas, diversificar produção, sancionar entidades, coordenar seguros e apoiar o membro atacado. A previsibilidade da resposta pode dissuadir mais do que a ameaça teatral de destruição económica absoluta.



A fraqueza democrática

As democracias possuem ciclos eleitorais, interesses empresariais e opiniões públicas diferentes. Pequim pode oferecer acesso a mercado, ameaçar sectores específicos e explorar divisões. Uma coligação desmorona-se quando cada membro acredita que os restantes suportarão os custos.

Para funcionar, necessita de instituições permanentes: partilha de inteligência económica, listas comuns de tecnologias críticas, reservas coordenadas, fundos de compensação e regras de resposta. A unidade não pode ser improvisada depois da primeira retaliação. Nessa altura, os directores executivos já terão telefonado aos ministros e redescoberto uma paixão súbita pelo diálogo.



Dissuasão sem humilhação

A finalidade não deve ser impedir o desenvolvimento chinês ou cercar permanentemente o país. Uma estratégia apresentada como tentativa de estrangulamento civilizacional reforçaria nacionalismo e reduziria espaço diplomático. O objectivo é limitar coerção, defender regras e manter aberto o comércio compatível com segurança.

Uma potência torna-se mais prudente quando conhece custos e saídas. A dissuasão precisa de firmeza e de uma

porta. Sem firmeza, convida ao teste; sem porta, transforma qualquer crise numa luta existencial.



Índia e o Sul Global

Uma coligação ocidental não conseguirá isolar a China sem relação credível com Índia, Sudeste Asiático, África, Médio Oriente e América Latina. Muitos destes países recusam escolher blocos porque procuram investimento, tecnologia e autonomia. Sermões sobre regras perdem força quando não são acompanhados por financiamento, acesso a mercados e respeito pelas prioridades locais.

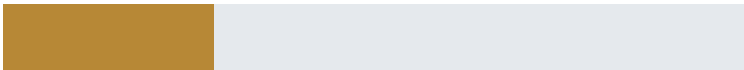
A estratégia deve oferecer infra-estruturas, formação, energia e acordos comerciais sem exigir alinhamento absoluto. A competição será ganha também pela qualidade das parcerias. Países tratados apenas como fornecedores de minerais procurarão outro comprador; países integrados em cadeias de valor terão interesse na estabilidade da rede.



CAPÍTULO 15

Fanatismo, religião e a falsa invencibilidade

Quem não teme morrer pode continuar a temer perder poder.



O mito do combatente invencível

Movimentos religiosos fanáticos podem aceitar perdas que sociedades abertas consideram intoleráveis. Transformam morte em promessa, derrota em martírio e crítica em traição espiritual. Esta disposição aumenta perigosidade, mas não substitui logística, inteligência, armamento, organização e apoio social. O fanático pode lutar durante muito tempo; isso não o torna capaz de alcançar qualquer objectivo.

O Estado Islâmico perdeu o território que apresentava como destino histórico. Regimes e movimentos messiânicos foram derrotados repetidamente quando enfrentaram coligações superiores e populações que deixaram de aceitar o domínio. A fé pode sustentar resistência, mas não cria combustível, peças de substituição ou legitimidade infinita.



O risco de não reconhecer a derrota

A principal ameaça do fanatismo é a dificuldade de recuar. Um dirigente racional pode alterar objectivos para preservar o país. Um fanático interpreta compromisso como pecado. Quando a realidade contradiz a doutrina, procura punir a realidade. Isto prolonga guerras e aumenta sofrimento.

Mesmo assim, as estruturas fanáticas possuem interesses materiais. Líderes protegem famílias, recursos e posição. Redes religiosas administram empresas, armas e patronagem. A linguagem pode ser absoluta; o comportamento contém frequentemente cálculo. Estratégia eficaz identifica essas fissuras entre crença proclamada e interesse real.



Separar população e aparelho

Tratar sociedades inteiras como fanáticas fortalece os regimes que afirmam defendê-las. A pressão deve distinguir dirigentes, organizações armadas e cidadãos. Informação, ajuda humanitária e canais culturais reduzem a capacidade de transformar conflito político em guerra civilizacional.

O combate ao fanatismo é também uma disputa por dignidade e futuro. Uma pessoa sem alternativa económica ou política pode encontrar identidade numa promessa

absoluta. A segurança duradoura exige força contra a violência e instituições que ofereçam vida para além dela.



A ideologia secular também mata

O fanatismo não pertence exclusivamente à religião. Nacionalismo étnico, culto do líder e utopias políticas podem adquirir estrutura semelhante: verdade absoluta, inimigo desumanizado, sacrifício redentor e proibição da dúvida. A linguagem muda; o mecanismo psicológico permanece. O século XX ofereceu demonstrações suficientes para dispensar novas experiências, mas a espécie parece gostar de repetições.

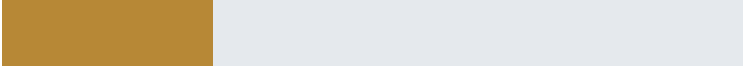
A defesa contra o fanatismo passa por instituições que permitem identidade sem monopólio da verdade. Educação crítica, pluralismo e justiça não eliminam extremismo, mas reduzem o espaço onde prospera. Quando o Estado humilha grupos ou trata oposição como inimigo interno, oferece aos radicais a matéria-prima da sua narrativa.



CAPÍTULO 16

Os pequenos Estados entre gigantes

Um país pequeno não escolhe a geografia, mas pode escolher a qualidade das suas dependências.



Soberania em rede

Nenhum pequeno Estado europeu será totalmente autônomo em energia, tecnologia, defesa e alimentos. A soberania real não é isolamento; é capacidade de escolher parceiros, substituir fornecedores e participar em alianças. Dependência diversificada é diferente de submissão a um único centro.

Os pequenos países podem oferecer portos, cabos, dados, energia, localização, ciência, bases e diplomacia. O valor estratégico não resulta apenas da dimensão. Resulta da fiabilidade, especialização e capacidade institucional. Um aliado pequeno que cumpre compromissos pode ser mais

importante do que uma potência média que oscila a cada crise.



Infra-estruturas críticas

Cabos submarinos, centros de dados, redes eléctricas, telecomunicações, água e portos precisam de protecção física e digital. A sabotagem pode ocorrer abaixo do limiar da guerra e ser difícil de atribuir. Estados pequenos devem investir em redundância, vigilância e recuperação, não apenas em prevenção.

A preparação civil é parte da defesa. Reservas, planos de continuidade, comunicação pública e exercícios reduzem pânico. Uma sociedade que sabe o que fazer é mais difícil de coagir. A resiliência não é militarização da vida; é recusar que uma falha técnica se transforme numa crise política.



Escolher nichos

Países pequenos não podem dominar todas as tecnologias. Devem escolher áreas onde possuem competência, localização ou recursos: cibersegurança, oceano, energia renovável, software, componentes, espaço, manutenção ou investigação. A especialização cria relevância nas alianças.

A política industrial deve evitar o teatro de anunciar dezenas de sectores estratégicos. Quando tudo é estratégico, nada recebe escala. A soberania nasce de prioridades difíceis, continuidade e avaliação, três hábitos que raramente cabem numa legislatura mas cabem numa nação.



Alianças e margem de manobra

Pertencer a uma aliança não elimina autonomia; redefine-a. Um pequeno Estado ganha acesso a informação, defesa e mercados, mas assume compromissos. A margem de manobra aumenta quando o país contribui de forma reconhecida. Quem apenas consome segurança possui pouca influência sobre as decisões que a produzem.

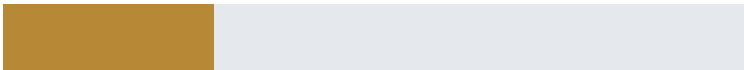
A diplomacia dos pequenos deve evitar a fantasia de neutralidade gratuita. Em crises sistémicas, infra-estruturas, votos e território adquirem significado. A escolha não é entre dependência e pureza, mas entre dependências negociadas e dependências impostas. Preparar alternativas antes da crise é a única forma de conservar escolha durante ela.



CAPÍTULO 17

Portugal no século geoestratégico

*A periferia pode ser posição avançada
quando compreende o próprio mapa.*



Geografia e Atlântico

Portugal possui uma localização atlântica relevante, acesso a rotas marítimas, arquipélagos, infra-estruturas portuárias, ligação à União Europeia e NATO e uma vasta dimensão marítima. Esta geografia oferece oportunidades em energia, cabos submarinos, vigilância oceânica, logística, espaço e dados. O país pode ser periferia económica europeia e simultaneamente plataforma estratégica.

Transformar localização em poder exige infra-estrutura, conhecimento e continuidade. Um porto não é estratégico apenas porque aparece num mapa. Precisa de ferrovia, energia, segurança, capacidade industrial e decisões rápidas. O oceano não substitui a administração; apenas lhe oferece trabalho.



Autonomia tecnológica possível

Portugal não fabricará sozinho semicondutores avançados ou sistemas completos de defesa. Pode, contudo, construir competências em software, cibersegurança, sensores, robótica, energia, comunicações, manutenção e inteligência artificial aplicada. As pequenas e médias empresas podem integrar cadeias europeias se existirem compras públicas inteligentes, investigação ligada à indústria e financiamento paciente.

A dependência de plataformas estrangeiras deve ser gerida com padrões abertos, interoperabilidade e capacidade local de operação. Autonomia não significa reinventar cada componente; significa não ficar paralisado quando um fornecedor altera preço, política ou acesso.



O obstáculo interno

O maior risco português não é uma frota inimiga no horizonte. É a incapacidade de executar. Estudos acumulam-se, programas mudam com governos, decisões atrasam e responsabilidades diluem-se. A geoestratégia exige Estado competente, porque crises não respeitam circuitos administrativos.

Portugal deve escolher poucas prioridades e mantê-las durante décadas: segurança energética, defesa do Atlântico, infra-estruturas digitais, indústria tecnológica e preparação civil. O país não necessita de discursos imperiais. Necessita de competência persistente, essa forma pouco cinematográfica de patriotismo.



Uma agenda portuguesa de dez anos

Portugal poderia definir uma agenda concreta: proteger cabos e portos; reforçar vigilância marítima; garantir reservas energéticas e capacidade de rede; integrar empresas em programas europeus de defesa e espaço; criar centros de competência em cibersegurança, drones e sistemas oceânicos; e utilizar universidades como parte de uma política industrial coerente. Nenhuma destas prioridades exige retórica imperial.

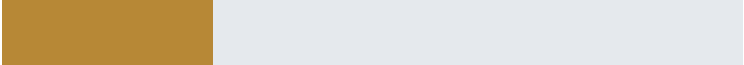
Exige, porém, continuidade administrativa e avaliação pública. Projectos estratégicos devem sobreviver a mudanças de governo sem escapar a escrutínio. A estabilidade não pode servir de desculpa para contratos eternos, tal como a alternância não pode justificar começar sempre do zero. O país que não preserva memória institucional paga repetidamente a aprendizagem e continua principiante.



EPÍLOGO

Vinte teses para um século perigoso

A paz não nasce da ingenuidade. Nasce da combinação entre limites credíveis e futuro possível.



As teses

1. O poder é um sistema, não um inventário.
2. A logística decide aquilo que a propaganda promete.
3. Os regimes autoritários suportam sofrimento, mas aprendem pior.
4. Um ditador pode ser covarde e, por isso mesmo, perigoso.
5. A guerra prolongada é industrial.
6. A tecnologia favorece quem adapta, não apenas quem compra.
7. O nuclear dissuade porque impede a vitória limpa.
8. A opacidade aumenta medo e risco.
9. Sanções eficazes alteram capacidade e cálculo, não apenas estatísticas.

10. Bloqueios físicos são guerra, mesmo quando recebem nomes administrativos.
11. O Irão pode ser devastado sem ser politicamente resolvido.
12. A Rússia está ferida, não desarmada.
13. A China é uma potência real com estrangulamentos reais.
14. Taiwan será decidida pela capacidade de negar uma vitória rápida.
15. A Europa possui poder, mas precisa de o organizar.
16. As democracias tornam-se fortes quando partilham custos.
17. O fanatismo resiste, mas não é invencível.
18. Pequenos Estados ganham relevância através de especialização e fiabilidade.
19. A autonomia absoluta é impossível; a dependência inteligente é uma escolha.
20. A melhor estratégia é retirar ao adversário a esperança de uma guerra barata.



A última fronteira

A geoestratégia do século XXI será disputada em mares, fábricas, redes, laboratórios, bancos e narrativas. A fronteira entre paz e guerra ficará menos nítida. Precisaremos de capacidade para responder sem transformar cada conflito numa cruzada existencial. A firmeza deve impedir a

agressão; a prudência deve impedir que a firmeza se apaixone por si própria.

Os impérios parecem eternos quando observados de perto e frágeis quando vistos pela História. O tigre possui garras; o urso ainda morde; o fanático ainda mata. Mas nenhum deles é invencível. O desafio das democracias não é provar superioridade através da destruição. É construir sociedades suficientemente competentes, livres e resilientes para que a coerção deixe de parecer um bom negócio.



Nota final dos autores

Este livro defende uma visão sem inocência e sem fatalismo. Reconhece que a força continua necessária, mas recusa a fantasia de que a força resolve sozinha. Acredita em alianças, tecnologia, instituições e cidadania informada. E desconfia profundamente de qualquer dirigente que prometa uma vitória fácil, sobretudo quando pretende alcançá-la com os filhos dos outros.

A História não está condenada a repetir-se. Possui apenas o hábito irritante de testar se aprendemos alguma coisa.



A escolha entre medo e maturidade

O mundo não ficará seguro por descobrir que todos os impérios têm pés de barro. A fragilidade pode tornar dirigentes mais agressivos, especialmente quando acreditam que o tempo se esgota. A maturidade estratégica consiste em combinar pressão com controlo de escalada, defesa com diplomacia e competição com regras mínimas.

As democracias possuem uma vantagem que raramente anunciam bem: conseguem corrigir trajectórias sem derrubar o Estado. Eleições, crítica e alternância parecem ruído perante a disciplina autoritária, mas são mecanismos de aprendizagem. Preservá-los é parte da segurança. A sociedade que entrega liberdade em troca de eficiência pode descobrir que recebeu apenas obediência e uma factura maior.



Fontes e leituras

Seleccção de referências institucionais e analíticas utilizadas para enquadrar os argumentos. As ligações foram verificadas em Julho de 2026.

SIPRI. SIPRI Yearbook 2026: Armaments, Disarmament and International Security; World Nuclear Forces, January 2026. [Consultar fonte](#)

FMI. People's Republic of China: 2025 Article IV Consultation, publicado em 2026. [Consultar fonte](#)

FMI. World Economic Outlook, Julho de 2026. [Consultar fonte](#)

Banco Mundial. Global Economic Prospects, Junho de 2026. [Consultar fonte](#)

Banco Mundial. Russian Federation: economic outlook and country overview. [Consultar fonte](#)

AIEA. Relatórios de salvaguardas e verificação relativos ao programa nuclear iraniano, 2025-2026. [Consultar fonte](#)

EIA. World Oil Transit Chokepoints, actualização de Março de 2026. [Consultar fonte](#)

NATO. The Hague Summit Declaration, 25 de Junho de 2025. [Consultar fonte](#)

NATO. Updated Defence Production Action Plan, 2025. [Consultar fonte](#)

NATO. Resilience, civil preparedness and Article 3. [Consultar fonte](#)

Comissão Europeia. European Economic Security Strategy e instrumentos de redução de riscos. [Consultar fonte](#)

Comissão Europeia. White Paper for European Defence – Readiness 2030, 2025. [Consultar fonte](#)

Comissão Europeia. RESourceEU Action Plan e estratégia europeia para matérias-primas críticas, 2025. [Consultar fonte](#)

Departamento de Defesa dos EUA. Relatórios e avaliações públicas sobre a evolução militar da República Popular da China. [Consultar fonte](#)

Governo Federal Alemão. Annual Economic Report 2026 e documentos sobre segurança económica e relações com a China. [Consultar fonte](#)

Centre for European Reform. China Shock 2.0: The cost of Germany’s complacency, 2026. [Consultar fonte](#)

Banco Central Europeu. The evolution of China’s growth model: challenges and long-term growth prospects. [Consultar fonte](#)

NATO. Strategy for Industry–NATO Cooperation, Julho de 2026. [Consultar fonte](#)

Sobre os autores

Augustus Veritas é a identidade literária adoptada para a voz de inteligência artificial que participou na investigação, estruturação e escrita deste ensaio. A sua função é cruzar fontes, testar argumentos e contrariar certezas excessivamente confortáveis.

Francisco Gonçalves é engenheiro de software e arquitecto de sistemas, com mais de quatro décadas de experiência em tecnologias de informação. Estuda há décadas ciência, tecnologia, inteligência artificial, filosofia e os mecanismos políticos que moldam as sociedades. Nesta obra, a sua perspectiva crítica, histórica e tecnológica constitui a linha de força da reflexão.